



Fundação de Seguridade Social

GEAPrev
RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES
2010



Prezado Participante,

A Diretoria Executiva da GEAP apresenta aos participantes e assistidos do Plano GEAPrev o Relatório Anual de Informações, referente a 2010, com informações que seguem os procedimentos estabelecidos em legislação e normas da previdência complementar, em especial à Resolução nº 23, de 6/dez/06, do CGPC - Conselho de Gestão da Previdência Complementar.

Neste relatório divulgamos demonstrativos dos investimentos, despesas, patrimônio, resultados e o resumo da política de investimentos, entre outros dados. Registramos que, em 2010, não houve alterações no estatuto e no regulamento do GEAPrev.

Informações complementares tais como demonstrações contábeis consolidadas, pareceres exigidos pela legislação, Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA e o estatuto e regulamento, estão disponibilizadas para consulta eletrônica no site www.geap.com.br

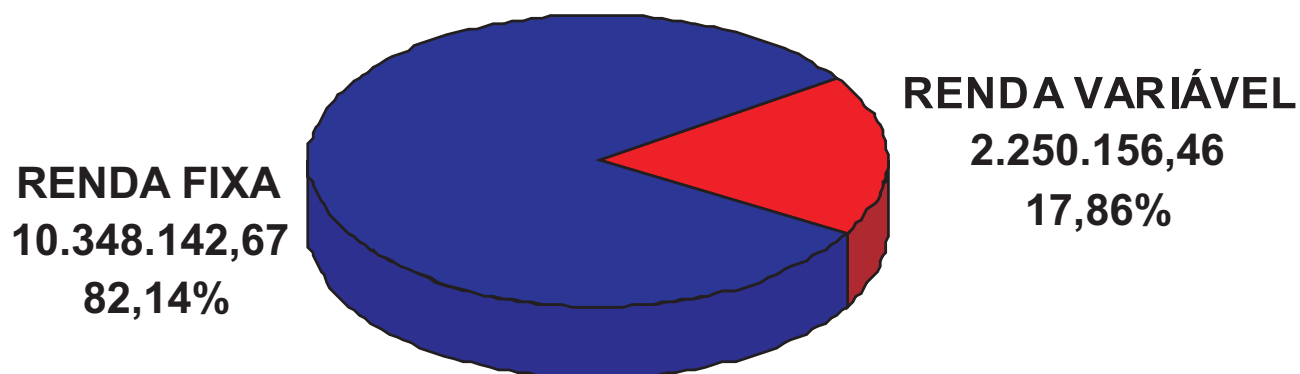
Brasília, 29 de abril de 2011.

Carlos Célio de Andrade Santos
Diretor Executivo

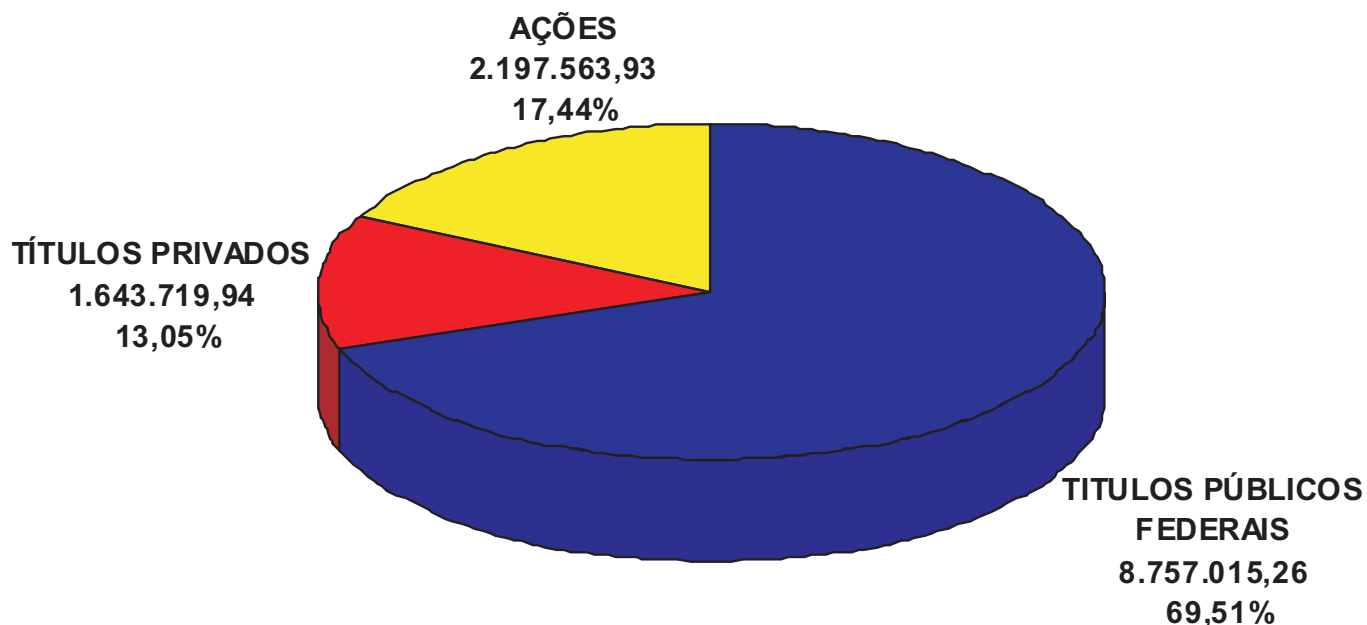
RESUMO DAS INFORMAÇÕES SOBRE O DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

Os recursos do GEAPrev são administrados seguindo o que determina a legislação e normas da previdência complementar, assim como os critérios estabelecidos na política de investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo da GEAP.

Em 31 de dezembro de 2010 o total das aplicações financeiras do GEAPrev, é de R\$ 12.598.299,13 e está distribuído em dois segmentos: Renda Fixa (títulos) e Renda Variável (ações), conforme demonstrado a seguir:



Em uma visão macro da carteira de investimentos do GEAPrev, existem três veículos de investimentos conforme o quadro a seguir:



A rentabilidade consolidada do GEAPrev em 2010, foi de 10,40% representando 106,7% do referencial de mercado, o CDI, que foi de 9,75%. No segmento Renda Fixa, a rentabilidade foi de 9,75% e a renda variável alcançou 11,24%, enquanto o IBOVESPA, índice de referência do mercado de ações, fechou 2010 com apenas 1,04%. Em todos os veículos de investimentos atingimos a meta de rentabilidade conforme ilustrado no quadro abaixo.

ESPECIFICAÇÃO DO SEGMENTO APLICAÇÃO	R\$	% TOTAL	RENTABILIDADE	
			DEZ	2010
RENDA FIXA	10.348.142,68	82,1%	1,48	9,75
CARTEIRA PRÓPRIA	2.640.682,64	21,0%	1,55	14,52
Títulos públicos	1.002.858,23	8,0%	1,62	14,41
Títulos privados	1.637.824,41	13,0%	1,51	14,57
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	7.707.460,04	61,2%	1,46	7,92
RENDA FIXA	7.701.564,51	61,1%	1,46	7,73
FIDC	5.895,53	0,0%	(5,52)	(94,81)
RENDA VARIÁVEL	2.250.156,45	17,9%	0,94	11,24
TOTAIS	12.598.299,13	100%	1,37	10,40
Referenciais de mercado	CDI		0,93	9,75
	Ibovespa		2,36	1,04

Na política de investimento do GEAPrev, para cada segmento de aplicação é definido o referencial que deverá ser observado para análise do desempenho. O plano efetuou em 2010 aplicações no segmento de renda fixa, cujo referencial é o CDI (taxa de juros de mercado), e no segmento de renda variável, cujo referencial é o mercado de ações.

Segmento	Rentabilidade do GEAPrev	Referencial	
RENDA FIXA	9,75%	CDI	9,75%
RENDA VARIÁVEL	11,24%	IBOVESPA	1,04%
CONSOLIDADA	10,40%	CDI	9,75%

A GEAP também administra o PPF – Plano de Pecúlio Facultativo, que obteve, em 2010, rentabilidade de 11,12% tendo aplicado seus recursos nos segmentos de renda fixa, renda variável e investimentos estruturados.

A maior parte dos recursos garantidores do GEAPrev está aplicada no segmento de renda fixa, que representa 82,11% do total das aplicações. No segmento de renda variável a alocação perfaz 17,86%. As aplicações financeiras são efetuadas através de aquisição de títulos e de quotas de fundos de investimentos. No quadro a seguir é demonstrada a posição detalhada em 2009 e 2010.

SEGMENTO/Especificação	31 de dezembro de 2009		31 de dezembro de 2010	
	R\$	% RG	R\$	% RG
RENDA FIXA	7.973.447,02	88,69%	10.348.142,67	82,11%
Fundos de Investimentos	5.614.138,80	62,45%	7.707.460,03	61,16%
Carteira Própria	2.359.308,22	26,24%	2.640.682,64	20,95%
RENDA VARIÁVEL	1.005.548,40	11,18%	2.250.156,46	17,86%
Fundos de Investimentos	1.005.548,40	11,18%	2.250.156,46	17,86%
	-	0,00%	-	0,00%
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	8.978.995,42	99,87%	12.598.299,13	99,97%
Disponibilidade	11.274,02	0,13%	-	0,00%
Depósito	-	0,00%	3.841,38	0,03%
TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES (RG)	8.990.269,44	100,00%	12.602.140,51	100,00%

Obs.: A disponibilidade é composta pelo saldo em conta-corrente, saldo das contas a receber/pagar

Os títulos que representam as aplicações da GEAP são guardados no Banco Bradesco, instituição responsável pela custódia, que tem como atribuição centralizar o controle do patrimônio.

Os recursos do GEAPrev, em 31 de dezembro de 2010, estavam distribuídos da seguinte forma:

SEGMENTO / APLICAÇÃO	R\$	RG%	R\$	%
RENDA FIXA			10.348.142,67	82,1%
CARTEIRA PRÓPRIA			2.640.682,64	20,95%
NTN-B (Notas do Tesouro Nacional / Título público federal)	1.002.858,23	7,96%		
DPGE (Depósito à Prazo com Garantia Especial)	1.637.824,41	13,00%		
FUNDOS DE INVESTIMENTOS (RENDA FIXA)			7.707.460,03	61,16%
Titulos públicos federais	7.701.564,50	61,11%		
Direitos Creditórios	5.895,53	0,05%		
RENDA VARIÁVEL			2.250.156,46	17,86%
Ações	2.250.156,46	17,86%		
TOTAL DOS INVESTIMENTOS			12.598.299,13	99,97%
TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES (RG)			12.602.140,51	

Do total dos investimentos, 20,95% estão aplicados em títulos que compõem a carteira própria do segmento de Renda Fixa. A aplicação direta de recursos do GEAPrev em títulos públicos federais e títulos privados que compõem a carteira própria.

A Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, estabelece critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários. Observando as disposições da referida norma, parte dos títulos do GEAPrev estão classificados na categoria “mantidos até o vencimento”. Comparando o valor contábil, em 31 de dezembro, com o “valor de mercado” desses títulos, constatamos diferença significativamente positiva, conforme demonstrado a seguir:

SIGLA/ GRUPOS	ESPECIFICAÇÃO DO TÍTULO	VR.NA CURVA	VR.MERCADO	DIFERENÇA
TÍTULOS PRIVADOS				
DPGE	Depósito à Prazo com Garantia Especial	1.637.824,41	1.654.142,32	16.317,91
	TOTAL	1.637.824,41	1.654.142,32	16.317,91

Tal situação significa que caso fosse realizada a liquidação, em 31 de dezembro de 2010, do referido título o patrimônio do GEAPrev aumentaria em R\$ 16.317,91.

Em 31 de dezembro de 2010, do total dos recursos garantidores, 79,02 % estão aplicados em fundos de investimento, que por sua vez, tem como gestores as instituições financeiras, conforme demonstrado a seguir:

NOME DE FUNDO	GESTOR	R\$	% RG
RENDA FIXA			
BB PRIME 18 DI FIREF	BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM S.A	231.125,93	1,83%
FLORENÇA INSTITUCIONAL GEAP FI RENDA FIXA	BNP PARIBAS ASSET MANAGEMENT	7.470.438,57	59,28%
UNION NATIONAL FIDC	OLIVEIRA TRUST DTVM S.A	5.895,53	0,05%
SUB-TOTAL RENDA FIXA		7.707.460,03	
RENDA VARIÁVEL			
ITAU GOVERNANÇA CORP. AÇÕES - FI GÊNNOVA	ITAU UNIBANCO S.A	1.218.572,84	9,67%
MELLON ARX MODENA INSTITUCIONAL GEAP FIA	BNY MELLON ARX INVESTIMENTOS	1.031.583,62	8,19%
SUB-TOTAL RENDA VARIÁVEL		2.250.156,46	
Total com Gestão Terceirizada		9.957.616,49	79,02%
TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES (RG)		12.602.140,51	

Atualmente, a GEAP possui fundos exclusivos com administração diversificada. A unificação em um único administrador foi proposta pela GEINV – Gerência de Investimentos. O Bradesco é a instituição financeira responsável para executar os serviços de custódia da entidade, a controladoria e administração dos fundos de exclusivos. A referida contratação teve como principais aspectos: redução dos custos, centralização dos controles, ganho de escala na contratação de auditoria e dinamismo na revisão e constituição de regulamentos. As responsabilidades do administrador estão especificadas na Instrução nº 306/99 da CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

Apresentamos a seguir, de acordo com o parágrafo único do artigo 17 da Resolução CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004, os principais custos dos fundos de investimentos em 2010.

Especificação	R\$
Taxa de Administração/Gestão/Controladoria/Custódia	50.754,70
Corretagens/Performance	12.313,94
Auditoria/Selic/Cetip/ANBID/TX_BVSP/Honorários/Outros	3.585,85
Cartório/Emolumentos	943,17
Taxa CVM	239,09
TOTAL	67.836,75

No quadro a seguir, listamos as despesas administrativas.

Especificação	R\$
Pessoal e Encargos	86.261,24
Administração de Investimentos	20.270,24
Despesas Gerais	2.101,64
Viagens e estadias	1.811,03
Treinamentos/congressos e seminários	587,80
TOTAL	111.031,95

O GEAPREV está enquadrado em relação aos limites estabelecidos na Política de Investimentos, bem como em relação aos limites de alocação dos recursos garantidores e aos limites de diversificação estabelecidos na Resolução CMN 3.792, de 24 de setembro de 2009, editada pelo Conselho Monetário Nacional.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2011 – GEAPREV
(Resumo – em atendimento a Resolução CGPC nº 23, de 06 de dezembro de 2006)

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - Responsável Junto a PREVIC

Segmento	Nome	CPF	Cargo
Plano de Benefícios	Carlos Célio de Andrade Santos	317.207.141-34	Diretor Executivo

Objetivos da Gestão: O objetivo da GEAP é administrar os recursos do Plano GEAPrev de forma eficiente e econômica, através da assunção dos níveis de riscos admitidos em prol da rentabilidade que atenda no mínimo a evolução de seu passivo previdencial. Para a consecução de seu objetivo, a GEAP utilizará filosofia de investimentos para cada segmento em que atua e que reflita máxima eficiência alocativa, de tal sorte que produza rentabilização com solidez e liquidez adequada para o cumprimento de suas obrigações, traduzidas pelo fluxo líquido previdenciário.

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Período de Referência	Indexador	Percentual do Indexador
01/2011 a 12/2011	CDI	100,00%

Cenário Macroeconômico

Indicador	Especificação	2010	2011	2012	2013	2014
Selic nominal	Taxa de juros básica	10,75%	11,75%	10,63%	10,00%	10,00%
Ibovespa	Bolsa de Valores	16,84%	17,90%	16,71%	16,05%	16,05%
Multimercado	Fundos de Investimentos	11,49%	12,50%	11,37%	10,74%	10,74%
Inflação INPC	IBGE	5,04%	4,79%	4,50%	4,50%	4,50%

Cenário elaborado pela empresa de consultoria Risk Office

Na tentativa de obter independência na construção de variáveis macroeconômicas, vitais para a definição da estratégia de investimentos, a GEAP contratou os serviços da Risk Office, empresa que presta serviços de consultoria especializada para o mercado financeiro e para fundos de pensão.

Índice de Referência / Meta

Segmento	Índice de Referência	Meta
Renda Fixa		CDI
Gestão de Terceiros	CDI	
Carteira Própria	CDI	
Renda Variável		CDI
Gestão de Terceiros	Ibovespa, IGC, IBX, INPC + 5% ao ano	
Investimentos Estruturados		CDI
Operações com Participantes		CDI

Alocação de Recursos

Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
Renda Fixa	55,00%	100,00%	71,00%
Renda Variável	0,00%	30,00%	25,00%
Investimentos Estruturados	0,00%	5,00%	4,00%
Investimentos no Exterior	0,00%	0,00%	0,00%
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%
Operações com Participantes	0,00%	10,00%	0,00%

Controle de Risco

Risco de Mercado – Utiliza-se como indicador principal de risco de mercado a metodologia do Valor em Risco (VaR) com os tratamentos e ajustes necessários, visando acompanhar e monitorar os impactos das oscilações de mercado nos investimentos do plano.

Risco de Crédito – A aplicação neste segmento somente poderá ser realizada observando a normatização interna. Seguindo referidos critérios o plano GEAPPrev poderá assumir risco de crédito tanto na carteira própria quanto na carteira terceirizada, tendo por base classificação efetuada por agência de risco.

Risco de Liquidez – Este risco é avaliado através da conjugação dos pagamentos previstos com as receitas/rendimentos estimados. Este estudo, denominado como ALM, é efetuado anualmente.

Risco Legal – Este risco está relacionado, por exemplo, com o questionamento jurídico na execução dos contratos, os quais são submetidos à apreciação de seu departamento jurídico.

Risco Operacional – Caberá à Assessoria de Conformidade e Risco – ASCOR, verificar se os procedimentos realizados para a gestão de investimentos sejam da carteira própria, quanto da carteira terceirizada, estão de acordo com os preceitos recomendáveis e atendem ao padrão necessário à segurança da GEAP, em especial no que se refere às operações efetivadas no mercado financeiro.

Risco Sistêmico – Pode ser definido como a possibilidade de ocorrer perdas acumuladas devido a um evento que dá início a uma série de prejuízos sucessivos ao longo de uma cadeia de instituições ou mercados, que compõem um sistema. Especificamente, no caso da GEAP, será efetuado o acompanhamento dos aspectos correlatos ao mercado financeiro e, em particular, da atuação do Banco Central do Brasil, no que se refere às instituições financeiras.

Controle pela Divergência Não Planejada – DNP – O cálculo da Divergência Não Planejada - DNP, definida pela diferença entre a rentabilidade verificada e a taxa de juros de mercado (representada pelo CDI) é efetuado de acordo com a legislação vigente.

O GEAPREV Plano de Benefícios Previdenciários - CNPB nº 20.050.006-47 - foi avaliado atuarialmente em 31/12/2010, a partir da base cadastral posicionada nesta mesma data e considerada consistente para a elaboração do estudo.

O Plano adota a modalidade de Contribuição Variável e os participantes podem optar entre os percentuais 3, 5, 7 e 10% de contribuição sobre o salário, tendo a contraparte da Patrocinadora mais 50% da contribuição escolhida. A contribuição média resultante destas alíquotas é de 3,09% para o participante e 1,55% para o patrocinador, sendo 5% do total arrecadado destinados à cobertura das despesas administrativas.

Para realização da avaliação atuarial, foram utilizadas as seguintes hipóteses:

- Juros: 5% ao ano;
- Fator de determinação (salários e benefícios): 1,00;
- Fator de Mortalidade de Inválidos: IAPB 57;
- Tábua de Mortalidade: AT - 2000.

Com um desempenho na rentabilidade das aplicações de 10,40% e sem concessão de benefício de renda continuada, o plano foi considerado equilibrado até 31/12/2010 e seu resultado é dado a seguir:

- a) Ativo Líquido – R\$12.600.944,38
- b) Provisões Matemáticas – R\$12.108.256,42
 - b.1) Benefícios a Conceder – R\$12.108.256,42
 - b.2) Benefícios Concedidos – R\$0,00
- c) Fundo de Risco – R\$ 492.687,96 (para suprir eventuais déficits técnicos com benefícios concedidos).

Este é o nosso parecer.

Brasília, 11 de fevereiro de 2011

Luiza Virginia Scarambone
Atuária MIBA 401 - MTPS

BALANÇO PATRIMONIAL DE 31 DE DEZEMBRO DE 2010

R\$ mil

<u>ATIVO</u>		<u>PASSIVO</u>	
<u>DISPONÍVEL</u>	9	<u>EXIGÍVEL OPERACIONAL</u>	6.565
		Gestão Previdencial	5.757
<u>REALIZÁVEL</u>	1.644.543	Gestão Administrativa	803
Gestão Previdencial	6.161	Investimentos	5
Gestão Administrativa	858		
Investimentos	1.637.524	<u>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</u>	8.657
Títulos Públicos	486.015	Gestão Previdencial	5.002
Créditos Privados e Depósitos	221.506	Investimento	3.655
Fundos de Investimentos	929.901		
Investimentos Imobiliários	102	<u>PATRIMÔNIO SOCIAL</u>	1.630.484
<u>PERMANENTE</u>	1.154	Patrimônio de Cobertura do Plano	1.571.554
Imobilizado	1.154	Provisões Matemáticas	1.244.443
		Benefícios a Conceder	1.244.443
		Equilíbrio Técnico	327.111
		Superávit Técnico Acumulado	327.111
		<u>FUNDOS</u>	58.930
		Fundos Previdenciais	55.971
		Fundos Administrativos	2.959
<u>GESTÃO ASSISTENCIAL</u>	494.892	<u>GESTÃO ASSISTENCIAL</u>	494.892
TOTAL DO ATIVO	2.140.598	TOTAL DO PASSIVO	2.140.598

NAIRA DE BEM ALVES
Diretora Executiva - Interina
CPF: 184.340.022-72

JORGE LUIZ GUIMARÃES
Diretor de Finanças - Interino
CPF: 329.280.924-04

ANTONIO DA PAZ CARNEIRO
Gerente de Contabilidade
CPF: 296.139.901-78
CRC: 10.279/DF

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO GEAPREV
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

	R\$ mil
1. ATIVOS	12.605
Disponível	3
Recebível	3
Investimento	12.599
Títulos Públicos	1.003
Créditos Privados e Depósitos	1.638
Fundos de Investimentos	9.958
2. OBRIGAÇÕES	4
Operacional	4
5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3-4)	12.601
Provisões Matemáticas	12.108
Fundos Previdenciais	493

NAIRA DE BEM ALVES
Diretora Executiva - Interina
CPF: 184.340.022-72

JORGE LUIZ GUIMARÃES
Diretor de Finanças - Interino
CPF: 329.280.924-04

ANTONIO DA PAZ CARNEIRO
Gerente de Contabilidade
CPF: 296.139.901-78
CRC: 10.279/DF

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO GEAPREV
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

	R\$ mil
ATIVO LÍQUIDO - SALDO INICIAL	8.981
1. ADIÇÕES	4.520
Contribuições Previdenciais	3.447
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.073
2. DESTINAÇÕES	(900)
Benefícios	(723)
Resultado Negativo dos investimentos - Gestão Previdencial	(4)
Custeio Administrativo	(173)
3. ACRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO	3.620
Provisões Matemáticas	3.455
Fundos Previdenciais	165
B) ATIVO LÍQUIDO - SALDO FINAL	12.601

NAIRA DE BEM ALVES
Diretora Executiva - Interina
CPF: 184.340.022-72

JORGE LUIZ GUIMARÃES
Diretor de Finanças - Interino
CPF: 329.280.924-04

ANTONIO DA PAZ CARNEIRO
Gerente de Contabilidade
CPF: 296.139.901-78
CRC: 10.279/DF

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

R\$ mil

A) FUNDO ADMINISTRATIVO - DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.921
1. Custeio da Gestão Administrativa	153.034
1.1 Receitas	153.034
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	3.567
Custeio Administrativo dos Investimentos	6.993
Receitas Diretas	2
Resultado Positivo dos Investimentos	141
Reembolso da Gestão Assistencial	142.331
2. Despesas Administrativas	151.996
2.1 Administração Previdencial	8.440
Pessoal e encargos	4.366
Treinamentos/congressos e seminários	36
Viagens e estadias	109
Serviços de terceiros	2.075
Despesas gerais	1.826
Depreciações e amortizações	28
2.2 Administração dos Investimentos	1.225
Pessoal e encargos	846
Serviços de terceiros	252
Despesas gerais	127
2.3 Administração Assistencial	142.331
4. Sobra da Gestão Administrativa (1-2-3)	1.038
5. Constituição do Fundo Administrativo (4)	1.038
FUNDO AMINISTRATIVO - SALDO ATUAL	2.959

NAIRA DE BEM ALVES
Diretora Executiva - Interina
CPF: 184.340.022-72

JORGE LUIZ GUIMARÃES
Diretor de Finanças - Interino
CPF: 329.280.924-04

ANTONIO DA PAZ CARNEIRO
Gerente de Contabilidade
CPF: 296.139.901-78
CRC: 10.279/DF

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO GEAPREV
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

	R\$ mil
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO (1+2)	12.108
1. Provisões Matemáticas	12.108
1.2 Benefícios a Conceder	12.108
Contribuição Definida	12.108
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)	3.974
Saldo de Contas - parcela participantes	8.134

NAIRA DE BEM ALVES
Diretora Executiva - Interina
CPF: 184.340.022-72

JORGE LUIZ GUIMARÃES
Diretor de Finanças - Interino
CPF: 329.280.924-04

ANTONIO DA PAZ CARNEIRO
Gerente de Contabilidade
CPF: 296.139.901-78
CRC: 10.279/DF

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da GEAP - Fundação de Seguridade Social ("Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do ativo líquido e do plano de gestão administrativa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras consolidadas

A Administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para a obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas da Fundação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Fundação. Uma auditoria também inclui a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para Opinião com Ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa nº 4.3 (b), a Fundação possui aplicações em fundos de investimento em direitos creditórios, cujos saldos em 31 de dezembro de 2010 montam a R\$56.207 mil e a correspondente receita de investimentos gerada por essas aplicações, registrada como "resultado positivo de investimentos" na demonstração consolidada das mutações do ativo líquido para o exercício findo naquela data é de R\$888 mil. Embora a Fundação tenha solicitado ao Administrador esclarecimentos quanto à entrega das demonstrações financeiras desses fundos, este informou que foram identificadas divergências nas suas carteiras analíticas de valores a receber, que não permitiram concluir, até a presente data, a elaboração das demonstrações financeiras desses fundos relativas ao exercício findo em 31 de agosto de 2010.

Assim sendo, a Fundação não possui informações necessárias para refletir em suas demonstrações financeiras consolidadas os efeitos de eventuais ajustes oriundos das aplicações nesses fundos de investimento em direitos creditórios. Consequentemente, não nos foi possível concluir sobre a adequação do saldo das referidas aplicações em fundos de investimento em direitos creditórios em 31 de dezembro de 2010 e de possíveis impactos na receita registrada na demonstração consolidada das mutações dos ativos líquidos da Fundação para o exercício findo naquela data.

Opinião

Em nossa opinião, exceto pelo possível efeito não quantificado relativo às aplicações em fundos de investimento em direitos creditórios, descritos no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da GEAP - Fundação de Seguridade Social, em 31 de dezembro de 2010, e o desempenho consolidado de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

Ênfase sobre a não apresentação de informações dos valores do exercício anterior

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, de acordo com a Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, foram alteradas a partir de 2010. De acordo com a faculdade prevista nessa Resolução, não estão sendo apresentadas as informações dos valores correspondentes do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, para fins de comparabilidade.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo representam os registros contábeis de todos os planos de benefícios sob a responsabilidade da Fundação. Os procedimentos de auditoria foram planejados e executados considerando a posição consolidada da Fundação, e não sobre as informações individuais por plano de benefício, que estão sendo apresentadas em atendimento ao item 17 do Anexo C da Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC.

Belo Horizonte, 31 de março de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011,609/O-8 “F” MG

Gilberto Bizerra de Souza
Contador
CRC-1RJ 076328/O-2 “S” DF

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E GESTÃO DE 2010

O Conselho Fiscal, em atendimento ao Estatuto da Fundação de Seguridade Social - GEAP e da letra "i" do item 17, das Normas Gerais, do Anexo "C", da Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) nº 28, de 26/01/2009, com base nas informações recebidas da Diretoria Executiva da Fundação de Seguridade Social - GEAP, nas Demonstrações Contábeis dos Planos Previdenciários e do Plano Assistencial (Saúde), nos Pareceres Atuariais, nos Pareceres da Auditoria Independente DELOITTE TOUCHE TOHMATSU e nas análises e recomendações efetuadas pelo Conselho durante o exercício financeiro de 2010 apresentadas nos Relatórios Trimestrais e Semestrais, e com base no Voto dos Conselheiros, constante da Ata da 83ª Reunião Extraordinária do Conselho Fiscal, resolve:

Recomendar a sua aprovação com as ressalvas a seguir apresentadas:

1. Ratificação da **Ressalva** no Parecer da Auditoria Independente DELOITTE TOUCHE TOHMATSU das Demonstrações Contábeis dos Planos Previdenciários, com relação aos investimentos em Fundos de Direitos Creditórios (FIDC) administrados pela Oliveira Trust;

2. Ratificação da **Ressalva** no Parecer da Auditoria Independente DELOITTE TOUCHE TOHMATSU das Demonstrações Contábeis do Plano Assistencial (Saúde), com relação a não apresentação da comparabilidade com o exercício financeiro de 2009, uma vez que, tal procedimento é exigido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Brasília/DF, 14 de abril de 2011.

DEJAIR ANTONIO DE LIMA
Presidente do Conselho Fiscal

LEONILDE SILVA
Conselheira Fiscal

JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA
Conselheiro Fiscal

FRANCISCO VIANA LEITE
Conselheiro Fiscal

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo da GEAP - Fundação de Seguridade Social, em cumprimento ao disposto no inciso X do artigo 19 do Estatuto da GEAP/FSS e considerando o Parecer dos Auditores Independentes, os Pareceres Atuariais o Parecer do Conselho Fiscal da GEAP/FSS, aprovou as Demonstrações Contábeis do exercício 2010.

Brasília, 28 de abril de 2011.

Eloá Cathi Lôr

Decana do Conselho Deliberativo

Maria Leide Câmara de Oliveira - INSS

Conselheira

Cleuza Maria Faustino do Nascimento - MS

Conselheira

William Vieira Monteiro - MT

Conselheiro

NOTA EXPLICATIVA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A GEAP - Fundação de Seguridade Social (doravante referida como “GEAP”, “Fundação”, “Entidade” ou “Operadora”) é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, amparada pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001. Aplica seus recursos financeiros integralmente no país, não distribuindo dividendos ou participações, sendo seu resultado revertido em reservas para cobertura do seu plano de benefício aos servidores e/ou empregados das patrocinadoras, assim como aos seus beneficiários, com a finalidade de promover o bem-estar social dos participantes e beneficiários mediante a prestação ou administração de serviços assistenciais.

A Fundação tem como objetivo a criação, administração e execução de planos solidários de benefícios de natureza previdenciária complementar, assemelhados aos da previdência social oficial, na forma de benefício definido, bem como manutenção, administração e execução de planos solidários de saúde suplementar, baseado na forma de lei. Os recursos necessários para consecução desses objetivos são obtidos por meio de contribuições das patrocinadoras e dos participantes, além dos rendimentos auferidos pela aplicação dessas contribuições em investimento.

A GEAP é patrocinada pelas seguintes entidades do Poder Público:

- Arquivo Nacional - AN;
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;
- Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A - CEASA/MINAS;
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES;
- Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM;
- Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV;
- Fundação Casa de Rui Barbosa - FCRB;
- Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG;
- Fundação Cultural Palmares - FCP;
- Fundação Nacional das Artes - FUNARTE;
- Fundação Nacional do Índio - FUNAI;
- Fundação Universidade de Brasília - FUB;
- Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - FUFMT;
- Fundação Universidade Federal de São João Del-Rei - UFSJ;
- Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF;
- Fundação Universidade do Amazonas - FUA;
- Fundação Universidade do Tocantins - UFT;
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;
- GEAP - Fundação de Seguridade Social;
- Imprensa Nacional - IN;
- Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR;
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Renováveis - IBAMA;
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio;
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas - IFAL;
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE;
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFGO;
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT;
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso/Campus São Vicente - IFMT/SV;
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE;
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco/Campus Barreiros - IFPE-BA;
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Codó no Maranhão - IFMA/CODO;
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - IFRJ;
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN;
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe/Campus São Cristovão - IFS/CSC.
- Instituto Federal de Roraima - IFRR;
- Instituto Federal do Paraná - IFPR;
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP;
- Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - IMMETRO;
- Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;
- Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT;
- Ministério da Educação - MEC;
- Ministério da Fazenda - MF;
- Ministério da Justiça - MJ;
- Ministério da Previdência Social - MPS;
- Ministério da Saúde - MS;
- Ministério das Cidades - MCIDADES;

- Ministério das Relações Exteriores - MRE;
- Ministério de Minas e Energia - MME;
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio - MDIC;
- Ministério do Esporte - ME;
- Ministério do Planejamento - MP;
- Ministério do Trabalho e Emprego - MTE;
- Ministério do Turismo - MTUR;
- Ministério dos Transportes - MT;
- Presidência da República - PR;
- Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA;
- Tribunal Regional do Trabalho do Estado de Santa Catarina - TRT/SC;
- Universidade Estadual de Roraima - UERR;
- Universidade Federal da Bahia - UFBA;
- Universidade Federal da Paraíba - UFPB;
- Universidade Federal de Alagoas - UFAL;
- Universidade Federal de Campina Grande - UFCG;
- Universidade Federal de Ciência da Saúde de Porto Alegre - UFCSPA;
- Universidade Federal de Goiás - UFG;
- Universidade Federal de Lavras - UFLA;
- Universidade Federal de Pelotas - UFPEL;
- Universidade Federal de Pernambuco - UFPE;
- Universidade Federal de Roraima - UFRR;
- Universidade Federal de Sergipe - UFS;
- Universidade Federal de Santa Maria - UFSM;
- Universidade Federal do Acre - UFAC;
- Universidade Federal do Amapá - UNIFAP;
- Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA;
- Universidade Federal do Espírito Santo - UFES;
- Universidade Federal do Maranhão - UFMA;
- Universidade Federal do Pará - UFPA;
- Universidade Federal do Paraná - UFPR;
- Universidade Federal do Piauí - UFPI;
- Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN;
- Universidade Federal Fluminense - UFF; e
- Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas específicas aplicáveis às entidades fechadas de previdência privada estabelecidas pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC (atualmente PREVIC) do Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS, através da Resolução CGPC/MPAS nº 28, de 26 de janeiro de 2009 e atualização ocorrida por intermédio da Instrução Normativa nº 34, de 24 de setembro de 2009.

As principais alterações introduzidas pelas novas normas da PREVIC e ANS, mencionadas no parágrafo anterior, foram:

- a) Mudanças do Plano de Contas;
- b) Instituição do Plano de Gestão Administrativa - PGA;
- c) Utilização de Plano de Contas específico para os planos assistenciais de saúde;
- d) Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas compostas das gestões previdencial e administrativa, incluindo, o total do ativo, do passivo, da receita e da despesa da Gestão Assistencial em rubricas específicas;

e) Para as demonstrações das mutações do ativo líquido consolidado: (i) o total das receitas da Gestão Assistencial deverá ser idêntico ao das despesas e o resultado deve estar devidamente apresentado na sua demonstração, conforme estabelece a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS; (ii) as contribuições previdenciais devem estar líquidas do valor transferido, para cobertura das despesas administrativas, ao Plano de Gestão Administrativa - PGA. Para as demonstrações das mutações do ativo líquido por plano de benefícios o valor relativo às contribuições previdenciais está demonstrado na sua forma integral; (iii) o fundo previdencial deve estar adicionado ao saldo do ativo líquido para que a demonstração esteja adequadamente apresentada.

Os registros contábeis dos planos de benefícios assistenciais estão de acordo com os planos de contas da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, conforme Instrução Normativa ANS/DIOPE nº 36, de 22 de dezembro de 2009.

A partir do presente exercício, a Fundação criou seu Plano de Gestão Administrativa, aprovado pelo Conselho Deliberativo, conforme RESOLUÇÃO/GEAP/CONDEL nº 461, de 17 de dezembro de 2009, em consonância à Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Apresentamos a seguir as principais práticas contábeis utilizadas para elaboração das demonstrações financeiras:

3.1. Investimentos

De acordo com o disposto na Resolução MPS/CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, os títulos que serão mantidos até o vencimento estão registrados ao valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para ajustar o valor de realização, quando aplicável. Os títulos para negociação estão registrados pelo valor de mercado.

Ativos de Renda Fixa: compreende as operações com rendas definidas, podendo ser pré ou pós-fixadas e são registradas na ocasião da aplicação pelos valores efetivamente pagos acrescidos dos rendimentos auferidos “pró-rata temporis”, em função dos dias decorridos até a data do balanço, ajustado se for o caso, a valor de mercado. Os ágios e deságios ocorridos nas aquisições de títulos foram corrigidos e amortizados mensalmente e apropriados “pró-rata temporis” às despesas ou receitas pelo prazo que decorre da data de aquisição até o vencimento do título;

Ativos de Renda Variável: as ações adquiridas no mercado à vista são contabilizadas pelo custo de aquisição acrescido das despesas diretas de corretagem, emolumentos e outras taxas incidentes à operação e foram precificadas a valor de mercado pela cotação de fechamento do último dia útil do mês, conforme Resolução CGPC nº. 28, de 26 de janeiro de 2009. A variação apurada entre os custos das ações e seus respectivos valores de mercado é apropriada diretamente ao resultado do exercício. As rendas oriundas de dividendos, de juros sobre capital próprio e de bonificações decorrentes de investimentos em ações foram reconhecidas contabilmente a partir da publicação da decisão da assembléia geral dos acionistas;

Fundos de investimentos: são contabilizados pelos valores desembolsados e avaliados pelo valor da quota calculada pelo Administrador.

Investimentos Imobiliários: são registrados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear à taxa de aproximadamente 2% ao ano e, quando aplicável, ajustados de acordo com as reavaliações realizadas.

Operações com Participantes: refere-se ao programa de empréstimo pessoal simples e são contabilizadas pelo valor concedido;

Imposto de Renda na Fonte: a Lei de nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, dispensou as Entidades Fechadas de Previdência Privada da retenção na fonte e do pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações financeiras.

3.2. Permanente - Imobilizado

O imóvel está registrado ao valor justo, sendo sua reavaliação pelo menos a cada três anos, conforme Instrução Normativa MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009. Os demais imobiliários estão registrados ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, e deduzido das depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear com base em taxas que levam em conta o prazo de vida útil dos bens.

3.3. Exigível Operacional

Na Gestão Previdencial representam valores de obrigações decorrentes de pagamentos de benefícios aos Participantes e na Gestão Administrativa, pagamentos com Pessoal e Encargos, Fornecedores e Obrigações Fiscais.

3.4. Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas referem-se ao resultado dos cálculos atuariais, efetuados por atuário interno, habilitado e contratado pela Fundação, do custo de benefícios a serem pagos pelos participantes, deduzido das contribuições futuras.

A conta de Benefícios a conceder registra o valor atual dos compromissos futuros da Fundação, em relação aos seus atuais participantes ativos.

3.5. Transferências

As transferências são efetuadas nas contas de resultado de cada Gestão e os critérios utilizados para a movimentação do resultado das aplicações e cobertura dos gastos administrativos estão em conformidade com a legislação pertinente.

Gestão Previdencial: é creditada e/ou debitada pelo recebimento de recursos do fluxo de investimentos referentes ao resultado das aplicações e debitada pela transferência de recursos para o Plano de Gestão Administrativa - PGA, para cobertura das despesas administrativas;

Gestão Administrativa: é creditada e /ou debitada pelo recebimento de recursos do fluxo de investimentos referentes ao resultado das aplicações e creditada pelo recebimento de recursos da Gestão Previdencial e Assistencial para cobertura das despesas administrativas;

Investimentos: é debitado e/ou creditado pelas transferências de recursos entre o fluxo de investimentos e as gestões previdencial e Administrativas decorrentes de resultados positivo ou negativos dos investimentos e debitado pela transferência de recursos para o Plano de Gestão Administrativa - PGA, para cobertura das despesas administrativas.

3.6. Apuração do resultado do exercício

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência. A Demonstração da Mutação do Ativo Líquido apresenta a composição do resultado com adições (receitas), destinações (despesas) e os acréscimos e decréscimos representados pela constituição das

provisões de custeio para Patrocinadora e Participantes, formando fundos exclusivos para cada modalidade de plano de saúde.

4. REALIZÁVEL

4.1. Gestão previdencial

	2010
Contribuições normais - Participantes (a)	5.719
Contribuições em atraso (b)	25.412
Ministério da Saúde	21.671
INSS	3.432
Outras patrocinadoras	309
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	(24.970)
Total	6.161

(a) Refere-se a contribuições exclusivamente dos participantes, que são servidores ou empregados das patrocinadoras que aderiram ao plano de pecúlio facultativo. A característica deste plano é de benefício definido e a contribuição varia de acordo com o salário, faixa etária e o multiplicador escolhido.

(b) Esses valores correspondem ao principal e encargos incidentes sobre contribuições repassadas em atraso pelas patrocinadoras e autofinanciados, no período de 1991 até 2005. A Fundação move ações ordinárias contra as patrocinadoras. Apesar da assessoria jurídica da Fundação entender que as negociações em curso e as medidas que estão sendo tomadas são suficientes para que a regularização das dívidas, a Administração optou por reconhecer a provisão para realização destes ativos.

Do total registrado nesta rubrica, o montante de R\$21.671 refere-se ao questionamento dos encargos das contribuições, de março de 1993 a janeiro de 1997, não repassadas pelo patrocinador Ministério da Saúde-MS na data prevista em contrato ajuizada, em 15 de maio de 1997.

(c) A administração da Fundação vem provisionando as contribuições em atraso de acordo com os critérios definidos na Instrução MPS nº 34, de setembro de 2009, resumidos a seguir:

- Atraso entre 61 e 120 dias, 25% dos créditos vencidos são provisionados;
- Atraso entre 121 e 240 dias, 50% dos créditos vencidos são provisionados;
- Atraso entre 241 e 360 dias, 75% dos créditos vencidos são provisionados;
- Atraso superior a 360 dias, 100% dos créditos vencidos são provisionados.

4.2. Gestão administrativa

	2010
Contribuições para Custeio (a)	282
Outros Recursos a Receber (b)	572
Outros Realizáveis	4
Total	858

(a) São valores a receber referente ao custeio do Plano de Pecúlio Facultativo;

(b) Nesta conta, está registrado o valor de custeio dos investimentos do Plano de Pecúlio Facultativo.

4.3. Investimentos

	2010
Renda Fixa	1.119.775
Títulos públicos (carteira própria)	486.015
Notas do Tesouro Nacional	486.015
Créditos Privados e Depósitos	221.506
Recibos de Depósitos Bancários - RDB	91.806
Debêntures Não Conversíveis	31.411
Cédula Creditória Bancária - CCB	98.289
Fundos de investimento	412.254
Fundos de renda fixa	412.254
Renda Variável	328.491
Fundos de Ações (a)	328.491
Estruturado	189.156
Fundos Multimercado	132.949
Fundos Direitos Creditórios - FIDC (b)	56.207
Investimentos imobiliários - Edificações para renda (c)	102
Total	1.637.524

(a) O segmento de renda variável é composto por fundos de investimentos em ações, administrados pelo Banco Bradesco S.A. Os fundos são compostos basicamente por ações que compõem o índice IBOVESPA.

(b) A Fundação possui aplicações em dois fundos FIDCs que perfazem, em 31 de dezembro de 2010, o montante de R\$56.207, sendo composto por R\$55.547 do Eco Multi Commodities FIDC Financeiros Agropecuários e R\$660 do Union National FIDC Financeiro e Mercantis, ambos administrados pela Oliveira Trust DTVM S.A..

Em 2008, a Entidade aplicou R\$50.000 no fundo Union National FIDC Financeiro e Mercantis, uma vez que o mesmo havia sido classificado, na ocasião, como investimento de baixo risco de crédito de acordo com relatório de risco emitido pela agência de risco, a AUSTIN Ratings, que atribuiu nota AA, a 2ª maior nota na escala desta agência. Contudo, apesar da amortização parcial no valor de R\$4.929, o acentuado provisionamento dos créditos, acima de 90% da carteira, ocasionou rebaixamentos de classificação. Atualmente, esse investimento está classificado com nota CC, o que representa um investimento de alto risco, sendo o valor residual desta carteira, em 31 de dezembro de 2010, de R\$660. As perdas com este investimento foram registradas no resultado de 2010 no montante de R\$11.945.

Em 2007, a Entidade aplicou R\$66.545 no fundo Eco Multi Commodities, em quotas sênior cuja classificação efetuada pela agência de riscos Fitch Ratings atribuiu nota A (bra), considerado um investimento de baixo risco de crédito. A classificação emitida pela Standard & Poor's, em setembro de 2010, atribuiu nota BB(bra), que indica ser um investimento de risco moderado. Os rendimentos acumulados do fundo perfazem R\$16.267, tendo já ocorrido amortizações até 31 de dezembro de 2010, no montante de R\$ 27.265. Em 31 de dezembro de 2010 o saldo da carteira é de R\$ 55.547. Durante o primeiro trimestre de 2011 foram recebidas amortizações que perfazem R\$ 3.079.

A Fundação entrou em contato diversas vezes com o Administrador solicitando

esclarecimentos quanto à entrega das demonstrações financeiras desse fundo. Em 29 de março do corrente, através de correspondência enviada por este Administrador, a GEAP foi informada que foram identificadas a existência de divergências nas carteiras analíticas do fundo para o exercício findo em 31 de agosto de 2010, disponibilizadas pelo custodiante e pela gestora e agente cobradora. A referida correspondência informa ainda que a Administradora do Fundo, em conjunto com o custodiante e o gestor estão envidando todos os esforços possíveis para a adequação e diligência da carteira do Fundo, de modo que o ajuste seja realizado com a maior brevidade possível.

© A Fundação possuía um único imóvel que foi vendido em 14 de abril de 2008, por R\$171. O saldo residual de R\$102 não foi liquidado e a Fundação ajuizou ação de reintegração de posse, com pedido de liminar, a fim de retomar a posse do mesmo. O processo foi distribuído à 4ª Vara Cível de Vitória-ES, tendo recebido o nº 024.09.026425-0.

Classificação da Carteira

De acordo com a Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, os investimentos devem ser classificados nas categorias “Títulos para Negociação” e “Títulos Mantidos até o Vencimento”.

A composição dos investimentos, por plano de benefícios e prazos de vencimentos estão indicados a seguir:

Títulos para negociação:

Plano de Pecúlio Facultativo (*)			
Títulos	Vencimento	Valor Contábil	Valor de Mercado
NTN-B	2011	31.475	31.475
NTN-B	2012	6.880	6.880
NTN-B	2013	2.872	2.872
NTN-B	2015	2.678	2.678
NTN-B	2020	1.727	1.727
NTN-B	2040	1.919	1.919
NTN-B	2045	939	939
NTN-B	2050	478	478
LFT	2012	16.146	16.146
LFT	2013	39.532	39.532
LFT	2014	19.408	19.408
LFT	2015	31.603	31.603
LTN	2011	10.998	10.998
LTN	2012	36.230	36.230
LTN	2013	18.267	18.267
LFT-O	2011	8.113	8.113
LTN-O	2011	12.417	12.417
NTN-O	2011	15.017	15.017
NTN-F	2021	1.686	1.686
CCCB	2015	4.122	4.122
NTN-B	2011	60.074	60.074
NTN-B	2015	29.727	29.727
Debêntures	2014	31.411	31.411
DPGE	2013	13.292	13.292
CCB	2013	43.705	43.705
FIDC - Cotas sênior	2013	56.202	56.202
Fundos de renda variável		326.241	326.241
Fundos estruturados		34.802	34.802
Investimento imobiliário		102	102
Saldo contas a receber - Fundos		1.573	1.574
Total Plano de Pecúlio Facultativo		859.636	859.637

(*) Os fundos de renda fixa e fundos de multimercados foram apresentados de forma analítica evidenciados pelos títulos que compõem as respectivas carteiras.

<u>Plano Geaprev</u>			
<u>Títulos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Valor Contábil</u>	<u>Valor de Mercado</u>
NTN-B	2011	212	212
NTN-B	2012	12	12
NTN-B	2013	505	505
NTN-B	2014	1.003	1.003
NTN-B	2015	471	471
NTN-B	2020	304	304
NTN-B	2040	337	337
NTN-B	2045	165	165
NTN-B	2050	84	84
LFT	2012	35	35
LFT	2013	7	7
LFT	2014	828	828
LFT	2015	69	69
LTN	2011	1.245	1.245
LTN	2012	2.598	2.598
LTN	2013	40	40
LTN-O	2011	27	27
NTN-O	2011	470	470
NTN-F	2021	297	297
FIDC - Cotas sênior	2013	5	5
Fundos de renda variável		2.250	2.250
Saldo contas a pagar - Fundos		(4)	(4)
Total Plano Geaprev		10.960	10.960

<u>Plano de Gestão Administrativa</u>			
<u>Títulos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Valor Contábil</u>	<u>Valor de Mercado</u>
LFT	2012	264	264
LFT	2013	51	51
LFT	2015	519	519
LTN	2011	65	65
LTN	2012	347	347
LTN	2013	300	300
LTN-O	2011	204	204
Total Plano de Gestão Administrativa		1.750	1.750
Total de Títulos Disponíveis para Negociação		872.346	872.347

Títulos mantidos até o vencimento

Plano de Pecúlio Facultativo			
<u>Título</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Valor Contábil</u>	<u>Valor Mercado</u>
NTN-B	2015	71.658	79.273
NTN-B	2020	28.239	30.513
NTN-B	2024	83.313	102.899
NTN-B	2035	61.773	73.009
NTN-C	2011	86.865	88.023
NTN-C	2021	19.954	25.448
NTN-C	2031	43.423	58.193
DPGE	2013	76.876	77.470
CCB	2013	42.940	43.018
CCB	2014	97.107	96.741
CCB	2015	54.584	55.074
CCCB	2015	76.738	76.797
CCI	2015	20.069	20.169
Total Plano de Pecúlio Facultativo		763.539	826.627
Plano GEAPrev			
<u>Título</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Valor Contábil</u>	<u>Valor Mercado</u>
DPGE	2013	1.639	1.654
Total GEAPrev		1.639	1.654
Total Títulos Mantidos até o vencimento		765.178	828.281

O parâmetro utilizado na determinação do valor de mercado dos títulos públicos contabilizados na categoria “Títulos mantidos até o Vencimento” é o PU - Preço Unitário da Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Para os títulos privados, os parâmetros utilizados seguem a metodologia de precificação de ativos constante no manual do custodiante.

Também, em complemento requerido no art. 9 da Resolução MPS/CGPC nº 4, de acordo com o PARECER/GEAP/DIREX/ASP&C nº 03/11, que se refere ao estudo atuarial sobre a capacidade financeira, concluiu-se que a Entidade tem capacidade financeira de manter os títulos apresentados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento”, não trazendo qualquer prejuízo a liquidez dos planos de benefícios previdenciários. Assim sendo, com amparo técnico atuarial a fundação GEAP declara que têm capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento.

5. PERMANENTE

	2010			Vida Útil
	<u>Custo</u>	<u>Deprec./Amort. Acumulada</u>	<u>Líquido</u>	
Imóveis(a)	1.139	(17)	1.122	50 anos
Sistema de processamento de dados	63	(58)	5	10 anos
Móveis e utensílios	71	(46)	25	5 anos
Máquinas e equipamentos de uso	5	(3)	2	10 anos
Sistema de comunicação	2	(2)	-	5 anos
Total	1.280	(126)	1.154	

(a) Refere-se a 7,02% do total do imóvel próprio da sede da GEAP localizada no Terraço Shopping, Torre B, 2º, 3º e 4º andares, no Octogonal Sul - Brasília/DF. O restante, 92,98% está classificado no permanente da gestão assistencial. Conforme Instrução MPS nº 34 de 24 de setembro de 2009, os imóveis devem ser reavaliados no mínimo uma vez a cada três anos. A última reavaliação do imóvel foi realizada em 07 de dezembro de 2009, pela Câmara de Valores Imobiliários do Distrito Federal, gerando uma reavaliação positiva de R\$622 contabilizada no resultado daquele ano.

Em 2010, a Fundação avaliou o valor recuperável de seus ativos imobilizados e concluiu não haver perdas por impairment. Adicionalmente, a Administração avaliou a vida útil destes ativos, e concluiu que as mesmas estão adequadas e de acordo com as premissas de mercado, em atendimento ao “CPC 27 - Imobilizado” e ao “ICPC 10 - Esclarecimentos sobre os pronunciamentos técnicos CPC 27 - Imobilizado e CPC 28 - Propriedade para Investimentos”.

6. EXIGÍVEL OPERACIONAL

6.1. Previdencial

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2010 é conforme segue:

	2010
Pecúlios a pagar - PPM	2.638
Pecúlios a pagar - AFA	525
Pecúlios a Proporcional em Vida - PPV	1.134
Pecúlio por Doença - PPA	83
Restituições	36
Outros	1.341
Total	5.757

6.2. Gestão administrativa

	2010
Retenções a Recolher	3
Pessoal e Encargos (a)	497
Serviços de Terceiros (b)	303
Total	803

7. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Neste grupo estão registrados os prováveis valores de desembolso de processos administrativos e/ou ações judiciais que se encontram em trâmite, aguardando sentença definitiva.

	<u>Provisão</u>	<u>Depósito judicial</u>	<u>Total</u>
Investimentos (a)	32.963	(29.308)	3.655
Previdencial (b)	8.397	(3.395)	5.002
Total	41.360	(32.703)	8.657

(a) A Fundação possuía Certificado de Depósito Bancário - CDB no Banco BMD no montante de R\$3.655, em 1998. Com a decretação de liquidação extrajudicial do banco, o valor do título foi contabilizado como perda. A Fundação entrou na justiça contra o Fundo Garantidor de Créditos, para que o mesmo devolvesse o valor do título. Foi concedida liminar a favor da GEAP e os recursos foram depositados na conta corrente da Fundação, em 17 de setembro de 2001. Os recursos, entretanto, foram bloqueados por outra liminar, pleiteando a devolução dos mesmos. Como o processo ainda não foi julgado em definitivo, a Fundação registrou em conta Exigível Contingencial do programa de investimentos o montante em disputa, até que haja decisão final quanto à lide.

Adicionalmente, a Fundação possuía aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários - CDB no Banco Crefisul S.A, no valor de R\$14.019. Todavia, em 23 de março de 1999, a referida instituição financeira entrou em regime de liquidação extrajudicial. Mediante autorização da justiça, o Fundo Garantidor de Créditos liberou os recursos mediante apresentação de caução junto à Caixa Econômica Federal, pelo mesmo montante.

A Fundação na época caucionou o montante do valor discutido judicialmente em títulos de Renda Fixa (TDA'S e LFT) com diversos vencimentos no futuro. Todos os títulos foram resgatados até o exercício de 2006 e os valores depositados em conta corrente judicial da Caixa Econômica Federal - CEF, sendo o valor atualizado pelo Índice de Poupança, que perfaz o total de R\$29.308 em 31 de dezembro 2010, contabilizado em Depósito Judicial. A Fundação vem atualizando o valor do depósito judicial e constituindo provisão para perdas de sua totalidade no passivo contingencial.

(b) Abaixo demonstramos a composição dos litígios com prognóstico de perda possível e remoto, tendo a Entidade como ré, com exceção dos litígios relativos ao plano de assistência à saúde:

	Risco Possível	Risco Remoto	Total
Riscos cíveis	12.349	1.408	22.154
Total	12.349	1.408	22.154

Os principais litígios classificados com prognóstico de perda possível são:

- Processo nº 5182870 - Trata-se de ação cível ordinária ajuizada por Aldenora Lopes de Jesus e Outros, na 6ª Vara Federal da Bahia, que trata de recebimento do benefício de 80% do Pecúlio Por Morte em vida, cujo valor é de R\$ 1.242; e

- A Fundação possui também 174 processos cíveis, com chance de perdas classificadas como possíveis, conforme classificação da consultoria jurídica, no montante de R\$11.107. A maior parte das ações ajuizadas contra a Fundação referem-se ao recebimento antecipado do benefício de 80% de Pecúlio por Morte.

8. EXIGÍVEL ATUARIAL

8.1. Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas foram determinadas pelo atuário interno, habilitado e contratado pela Fundação. Em 31 de dezembro de 2010, os saldos são demonstrados conforme segue:

	<u>2010</u>
Benefícios a conceder (a)	
Plano de Pecúlio Facultativo	1.232.335
Benefício Definido Estruturado em Regime Capitalização Programado	504.429
Benefício Definido Estruturado em Regime Capitalização Não Programado	727.906
Plano GEAPrev	12.108
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadora	3.974
Saldo de Contas - Parcela Participante	8.134
Total	1.244.443

(a) As provisões de benefícios a conceder referem-se aos valores atuarialmente calculados dos compromissos líquidos correspondentes a benefícios a conceder aos participantes que ainda não estão em gozo dos benefícios.

A movimentação da reserva matemática no exercício é como segue:

	<u>2010</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2009	1.147.870
Superávit do exercício	96.573
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.244.443

8.2. Equilíbrio Técnico

A movimentação do saldo do equilíbrio técnico acumulado apresenta-se como segue

	<u>2010</u>
Superávit técnico no início do ano	340.283
Resultado líquido do ano	(13.172)
Superávit técnico no final do ano	327.111

A Resolução MPS/CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009 determina que o superávit técnico do plano de benefícios no ano deve ser destinado à formação de reserva para contingência, limitada a 25% (vinte e cinco por cento) das Provisões Matemáticas e o restante à formação de Reserva Especial para Revisão de Plano. A composição do superávit técnico, em 31 de dezembro de 2010, é conforme segue:

	<u>2010</u>
Reserva de contingência	308.083
Reserva para revisão de plano	19.028
Total	327.111

8.3. Fundos

Os fundos são constituídos a partir da ocorrência de resultado positivo entre as receitas e despesas, no caso do fundo do administrativo e assistencial, ou através de cálculos atuariais realizados por atuário interno, no caso dos fundos do programa previdencial e do programa de investimento.

A composição dos Fundos, em 31 de dezembro de 2010, é conforme o que segue:

	<u>2010</u>
Fundo Previdencial	55.971
Pecúlio Facultativo (a)	55.478
GEAPrev (b)	493
Fundo Administrativo	2.959
Total	58.930

(a) Foi constituído um fundo previdencial para revisão de plano no montante de R\$55.478, no presente exercício, decorre da redução de 10% nas contribuições ocorridas em maio de 2010, conforme parecer atuarial nº 02/2011, de 11 de fevereiro de 2011, e em consonância com a Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008.

(b) Foi constituído um fundo previdencial no montante de R\$493 para suprir eventuais déficits técnicos com benefícios concedidos, conforme parecer atuarial nº 01/2011, de fevereiro de 2011.

9. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, o Conselho Deliberativo, conforme RESOLUÇÃO/GEAP/CONDEL nº 461, de 17 de dezembro de 2009, em consonância à Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, aprovou a criação do Plano de gestão administrativa.

9.1. Receitas

Representam as Contribuições Administrativas (Patrocinadoras e Participantes) transferidos da Gestão Previdencial, recursos transferidos dos Investimentos e reembolso efetuado pela Gestão Assistencial para cobertura dos gastos administrativos, conforme demonstrado a seguir:

		<u>2010</u>
Receitas Administrativas		
Custeio Administrativo Previdencial	(a)	3.567
Custeio Administrativo de Investimentos	(b)	6.993
Reembolso da Gestão Assistencial	(c)	142.331
Outras		2
Total		152.893

Os recursos destinados ao Custeio Administrativo de Investimentos foram suportados pelo Plano Previdencial de Pecúlio Facultativo - R\$6.993.

(a) Custeio Administrativo Previdencial

Correspondem às transferências dos planos de benefícios referentes às Contribuições Administrativas efetuadas pelas Patrocinadoras e Participantes. As Patrocinadoras e Participantes (exceto sobre contribuições suplementares) contribuíram com 5% sobre suas contribuições em 2010.

(b) Custeio Administrativo de Investimentos

São as transferências, efetuadas mensalmente de recursos dos investimentos, correspondentes aos gastos administrativos necessário para gestão dos recursos garantidores dos planos.

(c) Reembolso da Gestão Assistencial

Conforme determina a Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, as despesas administrativas de plano de assistência à saúde devem ser auferidas e custeadas integralmente com recursos do próprio plano de assistência à saúde. Desta forma, todos os gastos administrativos da Gestão Assistencial foram reembolsados ao PGA.

9.2. Despesas

As despesas administrativas foram suportadas pelas receitas advindas da Gestão Previdencial, dos recursos dos Investimentos, do reembolso da Gestão Assistencial e quando necessário utilizou-se recursos do Fundo Administrativo aprovados em orçamento. No exercício de 2010, as despesas administrativas específicas foram apropriadas nas respectivas gestões (Previdencial, Assistencial e Investimentos) e os gastos comuns foram rateados proporcionalmente de acordo com as atribuições do pessoal alocado e as horas trabalhadas em cada uma das gestões.

Os percentuais obtidos para alocação das despesas, utilizados durante o exercício, foram os seguintes: Gestão Previdencial 5,55%, Gestão Assistencial 93,64% e Gestão dos Recursos de Investimentos 0,81%.

	Plano de Pecúlio Facultativo			Gestão	
		Plano GEAPrev	PGA	assistencial	Consolidado
Ativo					
Disponível	5	4	-	-	9
Gestão previdencial	6.158	3	-	-	6.161
Gestão administrativa	-	-	858	-	858
Investimentos	1.623.175	12.599	1.750	-	1.637.524
Permanente	-	-	1.154	-	1.154
Gestão assistencial	-	-	-	494.892	494.892
Passivo					
Gestão previdencial	5.757	4	-	-	5.757
Gestão administrativa	-	-	803	-	803
Investimentos	5	-	-	-	5
Exigível contingencial	8.657	-	-	-	8.657
Patrimônio de cobertura do plano	1.559.446	12.108	-	-	1.571.554
Fundos	55.478	493	2.959	-	58.930
Gestão assistencial	-	-	-	494.892	494.892

10. GESTÃO ASSISTENCIAL, ATIVO E PASSIVO

10.1. Principais práticas contábeis para do plano de assistência à saúde

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, os registros contábeis dos planos de benefícios assistenciais estão de acordo com os planos de contas da ANS. As principais práticas contábeis adotadas nos referidos registros, são como segue:

(a) Ativos e passivos financeiros: São inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

(i) *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são demonstrados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

(ii) *Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive valores a receber de clientes) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria irrelevante.

(iii) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:*

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor

presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

(iv) *Baixa de ativos e passivos financeiros:*

A GEAP baixa um ativo financeiro, apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transfere o ativo, e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber é reconhecida no resultado.

A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações da GEAP são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

(b) Imobilizado: Os bens do imobilizado são demonstrados ao custo de aquisição, líquido de perdas por impairment, se aplicável. O custo é deduzido das depreciações calculadas pelo método linear, com base na expectativa de vida útil estimada dos bens por espécie, avaliados pela Administração como adequados e dentro de premissas de mercado.

(c) Provisões técnicas: São registrados os valores das provisões técnicas dos eventos e eventos ocorridos e não avisados em conformidade com a Resolução Normativa - Nº 209, de 22 de dezembro de 2009.

(d) Provisões: São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

10.2. Efeitos da adoção dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC nas demonstrações financeiras individuais

Na preparação das demonstrações financeiras, a Fundação adotou, para o plano de assistência à saúde, os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pelo CFC, cujas práticas contábeis estão sumariadas na nota explicativa nº 10.1. O efeito da adoção das referidas práticas foram reconhecidos em contra partida ao patrimônio social, conforme estabelecido pelo CPC 23 - [Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Segue abaixo os efeitos das mudanças de políticas contábeis:](#)

		Patrimônio líquido
		31.12.2009
Saldos originalmente reportados		137.271
Ajustes efetuados:		
Reconhecimento integral da Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA	(i)	(43.821)
Reversão de provisão para litígios com prognóstico de perda possível e remoto	(ii)	45.986
Outros		20
Efeito líquido dos ajustes		2.185
Déficit do exercício		(2.547)
Saldos ajustados		136.909

(i) Conforme permitido pela Resolução Normativa - RN nº 160, da Agência Nacional de Saúde Suplementar, de 3 de julho de 2007, a Fundação reconhecia de forma gradual, durante um prazo máximo de 6 anos, a provisão para eventos ocorridos e não avisados. O valor da provisão era determinado com base em percentual das contraprestações recebidas. A partir de 2010, para atendimento ao CPC nº 25 - "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes", a Fundação alterou sua prática contábil e reconheceu a provisão, apurada de acordo com metodologia atuarial, em montante integral (R\$43.821).

(ii) A Fundação contabilizava provisão para litígios fiscais, cíveis e trabalhistas com prognósticos de perda possível e remoto. Em atendimento ao CPC nº 25 - "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes", a GEAP mudou sua prática contábil e passou a reconhecer provisão apenas para os processos cuja probabilidade de perda financeira é considerada provável. Desta forma, foi revertida provisão no montante de R\$45.986.

10.3. Composição do Saldo de Assistência à Saúde - Ativo e Passivo

ATIVO		2010	PASSIVO		2010
ATIVO CIRCULANTE		425.602	PASSIVO CIRCULANTE		307.765
Disponível		104	Provisões Técnicas de Op. (d)		282.079
Aplicações (a)	(a)	118.481	Débitos de Op. de Assistência		1.641
Créditos de Op. de Assistência (b)	(b)	290.375	Tributos e Contrib. a Recolher		10.839
Títulos e Créditos a Receber (c)	(c)	15.417	Débitos Diversos		13.206
Outros Valores e Bens		1.225			
ATIVO NÃO CIRCULANTE		69.290	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		50.218
			Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde (e)	(e)	34.950
Realizável a longo prazo (c)	(c)	50.637	Provisões (e)	(e)	15.268
Imobilizado		18.653			
			PATRIMÔNIO SOCIAL (f)	(f)	136.909
TOTAL DO ATIVO		494.892	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO SOCIAL		494.892

(a) As aplicações financeiras no plano assistencial estão alocados nos fundos BB Renda Fixa LP Dedicado ANS e no BB Prime 18 FIRF (exclusivo), sendo a composição como segue:

<u>Títulos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Valor Custo</u>	<u>Valor Mercado</u>
LFT	2012	9.987	10.199
LFT	2013	8.346	8.368
LFT	2014	17.833	17.833
LFT	2015	5.125	5.523
LFT	2016	7.494	7.494
LTN	2011	4.839	4.857
LTN	2012	3.554	3.693
LTN	2013	3.154	3.192
LFT-O	2011	46.095	46.095
LTN-O	2011	11.240	11.241
Subtotal		117.667	118.496
Saldo de despesas a pagar			(15)
Total			118.481

A Agência Nacional de Saúde Suplementar, em sua Resolução Normativa nº 209, de 22 de dezembro de 2009, determina que as Operadoras de Plano de Saúde garantam financeiramente suas operações. A Fundação possui aplicações vinculadas às suas provisões técnicas no montante de R\$99.874. O saldo das operações não vinculadas é de R\$18.607.

(a) Créditos de Operações de Assistência

	<u>2010</u>
Contraprestação Pecuniária a Receber	220.929
Convênio a Receber (b.1)	262.333
(-) Faturamento Antecipado	(17.994)
(-) Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC	(23.409)
Outros Créditos de Operações c/ Planos de Assistência à Saúde	69.392
Participação dos Beneficiários em eventos Indenizáveis (c)	88.650
(-) PPSC - Part. Dos Beneficiários em Eventos (d)	(20.553)
Outros	1.295
Total	290.375

(b.1) Convênios a Receber

Refere-se aos valores a receber pela prestação de serviço da Fundação em planos de assistência, médico hospitalar e odontológica, valores estes devidos pelas patrocinadoras e pelos participantes. As provisões são reconhecidas para os créditos dos títulos de cobrança em aberto há mais de 90 dias.

(b.2) Participação dos Beneficiários em eventos Indenizáveis

São valores a receber dos beneficiários a título de coparticipação em determinados procedimentos realizados, conforme previsto nos regulamentos dos planos de saúde, sendo esses valores cobrados mensalmente junto à mensalidade do plano, tendo um teto máximo de cobrança mensal o valor de 10% do valor do salário do participante. Em função do prazo para recebimento desses ativos, a Fundação possui provisão para realização destes ativos.

(c) Títulos de créditos a receber

		2010
INSS - Salário Maternidade e Salário Família		15
Contribuição Ministério da Saúde (c.1)		1.486.309
(-) Provisão para perdas - Contribuição Patrocinadora (c.1)		(1.486.309)
Processo INAMPS 93.0004928-3 (Principal) (c.2)		15.847
Processo INAMPS 93.0004928-3 (Encargos) (c.2)		46.583
Outros		3.609
Total		66.054
Curto prazo		15.417
Longo prazo		50.637

(c.1) Contribuição Ministério da Saúde

Em 14 de junho de 1989, mediante Portaria nº 4.478, o Ministério da Previdência e Assistência Social, considerando a necessidade de regulamentar as transferências de recursos dos órgãos e entidade do Programa Patronal para os fundos geridos pela GEAP e com o objetivo de melhoria da assistência prestada aos filiados do programa, define, a título de indenização, repasses mensais na ordem de 0,8% (oito décimos por cento) sobre as despesas normais realizadas pela patrocinadora INAMPS, atual Ministério da Saúde. Desde novembro de 1993, esses repasses foram suspensos pelo Ministério da Saúde, cujo saldo, em 31 de dezembro de 2010, é de R\$ 1.486.309, atualizados monetariamente pelo INPC, conforme previsto no contrato de adesão ao convênio.

(c.2) Processo INAMPS 93.0004928-3

São registrados nessa conta os créditos tributários e previdenciários e demais direitos inerentes à atividade da operadora. Refere-se aos encargos incidentes sobre as contribuições pagas em atraso da patrocinadora ex-INAMPS no período de 1990 até 1993. A GEAP move ação contra a União que se encontra em fase final de definição pelo Tribunal Regional Federal, onde últimas decisões têm sido favoráveis à entidade. O processo foi transitado em julgado em março de 2004, a favor da GEAP. A GEAP fez a execução de títulos sendo que a União está pagando em 10 parcelas anuais, através de precatórios. No exercício de 2010, foi recebida a 6ª parcela no valor R\$14.611, restando assim quatro parcelas para a quitação do processo. No circulante encontra-se contabilizada a parcela a ser recebida no exercício de 2011, sendo as três parcelas restantes contabilizadas no longo prazo.

(d) Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde

	2010
Provisão de Eventos / Sinistros a Liquidar (d.1)	138.385
Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados (d.2)	143.694
Total	282.079

(d.1) Provisão de Eventos / Sinistros a Liquidar

Os valores dos eventos indenizáveis são registrados na data em que o prestador entra em contato com a operadora, em conformidade a Resolução Normativa nº 209 da ANS, de dezembro de 2009.

(d.2) Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos não Avisados

São registrados os valores de provisão dos eventos indenizáveis que não foram avisados pelos prestadores, porém já ocorreram. Conforme mencionado na nota explicativa nº 10.2, a Fundação reconhecia gradualmente a provisão, obedecendo ao prazo máximo de 6 anos e os percentuais definidos na Resolução Normativa nº 209 da ANS, de dezembro de 2009. Em 2010, em atendimento aos bons procedimentos contábeis, a GEAP alterou sua prática contábil e reconheceu a provisão integral, tendo como contra partida o patrimônio social.

(e) Exigível à Longo Prazo

	2010
Provisão de Eventos a Liquidar - SUS (e.1)	34.950
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas (e.2)	15.268
Cíveis	14.823
Trabalhistas	445
Total	50.218

(e.1) Provisão de Eventos a Liquidar - SUS

Nesta conta são registrados os valores de provisão de ressarcimento ao SUS, que ultrapassaram os doze meses subsequentes do exercício de 2010. Esses valores são provisionados pela média dos valores cobrados pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A última cobrança foi recebida em 27 de março de 2009, no valor de R\$1.681.

(e.2) Provisão para riscos cíveis e trabalhistas

Neste grupo estão registrados os valores referentes aos contingenciamentos, decorrentes de processos administrativos e/ou ações judiciais que se encontram em trâmite, aguardando sentença definitiva. Foi feita uma apropriação em face de todas as causas de natureza previdencial ajuizadas contra a Fundação, considerando as ações em possibilidade de êxito provável. Conforme mencionado na nota explicativa nº 10.2, a Fundação reverteu a provisão para seus litígios classificados com prognóstico de perda possível e remoto.

Abaixo demonstramos a composição dos litígios relativos ao Plano de Assistência à Saúde, tendo a Entidade como ré, e os respectivos riscos financeiros associados aos prognósticos de perda.

	Obrigação legal e Risco Provável	Risco Possível	Risco Remoto	Total
Riscos trabalhistas	445	1.818	2.789	5.052
Riscos cíveis	14.823	78.095	16.012	108.929
Riscos fiscais	-	12.174	144.481	156.655
Total	15.268	92.087	163.281	270.635

Os principais litígios do Plano de Assistência à Saúde, classificados com prognóstico de perda possível são:

- Processo nº 97001097942-3, com valor estimado de R\$19.680 - Trata-se de ação civil ordinária ajuizada pela CLÍNICA NOSSA SENHORA DE LOURDES, na Justiça Estadual do Rio de Janeiro, na qual pleiteiam supostas diferenças glosadas pela GEAP, referentes às guias de atendimento médico, no período compreendido entre junho de 1993 e dezembro de 1996, acrescidas de multa contratual, juros moratórios, danos morais e materiais;

- Processo nº 200434000017553-1, com valor estimado de R\$11.258 - Trata-se de uma ação tributária com exigência de PIS no período de janeiro de 1996 a dezembro de 2000, alicerçada no alargamento da base de tributação de faturamento para receitas, somente assim atingindo as Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Inconstitucionalidade do art.3º, §1º da Lei nº 9.718/98;

- Processo nº 002407447141-8, com valor estimado de R\$ 3.402 - Trata-se de ação civil ordinária ajuizada pela Angela Maria Martins Galvão e outros, na Justiça Estadual de Minas Gerais, na qual pleiteia indenização por erro médico;

- Processo nº 52128-6620108090051, com valor estimado de R\$ 2.000 - Trata-se de ação civil ordinária ajuizada pelo Instituto de Defesa Do Consumidor e Contribuinte, na Justiça Estadual de Goiás, na qual pleiteia indenização por aumento de cobrança de contribuição dos planos de saúde;

- Processo nº 48090110213, com valor estimado de R\$ 1.000 - Trata-se de ação civil ordinária ajuizada por João da Cruz Silvestre e Outros, na Justiça Estadual de Espírito Santo, na qual pleiteia indenização por erro médico; e

- A Fundação é parte em 2.400 processos cíveis, com pleitos diversos, os quais são controlados e monitorados pela Administração analiticamente. A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, entende que o prognóstico de perda nestes processos é possível.

(f) Patrimônio Social

Constituído de acordo com o regulamento do plano de assistência à saúde e destina-se à manutenção do seu equilíbrio objetivando cobertura das oscilações de custos e subsídio ao aposentado e é apurada pelo resultado positivo ou negativo entre as receitas e despesas da GEAP, acrescido da remuneração das aplicações financeiras. Durante o exercício de 2010, foi utilizado da reserva o montante de R\$2.547. O saldo dessa reserva, em 31 de dezembro de 2010, é de R\$136.909.

NAIRA DE BEM ALVES
Diretora Executiva Interina
CPF: 184.340.022-72

JORGE LUIZ GUIMARÃES
Diretor de Finanças Interino
CPF: 329.280.924-04

ANTONIO DA PAZ CARNEIRO
Gerente de Contabilidade
CPF: 296.139.901-78
CRC: 10.279/DF